

Afif denuncia "fascismo corporativista"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A forte tendência estatizante expressa pela quase totalidade dos relatores de subcomissões indicados pelo PMDB demonstra que este e outros partidos estão contaminados pelo fascismo corporativista que inspirou o Estado Novo no golpe de 1937, e que a Constituição de 46 não teve coragem, de rever, pois significaria mexer no getulismo, uma força política à época inegável.

A análise é do deputado constituinte Afif Domingos (PL-SP), que classifica o ex-ditador Getúlio Vargas como um dos maiores gênios políticos de nossa História, mas ao qual não se pode deixar de admitir que tinha como ídolo Benito Mussolini, quem abandonou diante da evidência da derrota, voltando-se para os Aliados da II Guerra Mundial, sem, porém, rever o arcabouço fascista corporativista que induziu ao crescimento exagerado do Estado no Brasil.

"Não concordo quando dizem que o estatismo no Brasil é somente da esquerda. E também da direita, que pretende um domínio do Estado sobre a sociedade nos mesmos moldes do nacional-socialismo de Hitler e Mussolini", afirmou Afif Domingos, para concluir que a única diferença entre a direita e a esquerda estatizantes é que "a direita mamou até agora e a esquerda conquistou o privilégio que não quer perder de continuar mamando sem mexer nas tetas do Estado criado por este grande gênio político que foi o 'pai dos pobres' e a 'mae dos ricos'".

Getúlio Vargas, continuou Afif, tinha ambos sob controle pelo sindicalismo pelego, do lado dos operários, e organizações patronais também pelegas, sempre dispostas ao apoio à ditadura, em troca de isenções de impostos, cotas de farinha, subsídios, incentivos e concessões. "A mais recente destas concessões, típica do fascismo corporativista que une esquerda e direita, é a reserva de mercado para a informática, que lhes

garante continuar ineficientes e mesmo assim ter sucesso, não por oferecerem satisfação aos consumidores, mas pelo que estes pagam, indistintamente, através de seus impostos."

Este estado de coisas vem se consolidando em consonância com o pensamento de Primo de Rivera e seus conselheiros corporativistas, que proliferam "na velhíssima, na velha e na Nova República", segundo Afif Domingos, para quem estes "conselhos paritários entre estatocratas e representantes 'oficiais' dos trabalhadores ou empresários se sentam à mesa, não para solucionar problemas, mas para melhor dividir o butim do saque feito ao bolso da sociedade".

Hoje, concluiu o deputado constituinte, todos os que defendem o *status quo* e o próprio avanço do Estado sobre os espaços, que deveriam ser ocupados pela sociedade e sua força de trabalho e criatividade, são fascistas travestidos de progressistas.



Afif condena com veemência a tendência estatizante

Ulysses pede mais respeito

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, esteve ontem com o ministro Paulo Brossard, da Justiça, e lhe pediu que dê ordem à Polícia Federal para respeitar em todo o País a imunidade do parlamentar. O deputado quer ainda que Brossard entre em contato com os governadores para que ordenem o mesmo às polícias estaduais.

Foi o próprio Ulysses quem deu essa informação aos constituintes, em plenário, depois de ouvir parlamentares condenarem "as violências" cometidas pela polícia de Minas Gerais. O deputado Chico Humberto (PDT-MG) declarou ter ainda, na testa, as marcas deixadas pela "polícia de Newton Cardoso". O presidente da Constituinte informou ter pedido que sejam apuradas as responsabilidades e punidos os culpados na repressão policial de antontem.

Sant'Anna e Arinos, hostilizados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização não conseguiu votar, ontem à noite, o primeiro projeto de decisão apresentado à Constituinte. A proposta, do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), estabelecia a suspensão do pagamento da dívida externa e uma auditoria, pelos constituintes, para apurar os motivos do endividamento. Um grande tumulto envolveu o autor do projeto, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o presidente da Comissão, Afonso Arinos, e o líder do PC do B, Haroldo Lima.

A questão ficou em suspenso porque, antes da discussão, o senador Afonso Arinos não conseguiu processar o resultado da votação simbólica, não concedeu verificação de quórum pedida pelo deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) e não encerrou formalmente a sessão. Desde cedo, Carlos Sant'Anna articulou com o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) para que o projeto fosse derrotado.

No início da reunião, o líder do governo tinha garantido número suficiente de constituintes para vetar a proposta, mas a questão foi mal conduzida. Inicialmente, colocou-se como preliminar o parecer de Prisco Viana, considerando que a iniciativa era impertinente e não se enquadrava no dispositivo que prevê o projeto de decisão. Arinos colocou a preliminar para votação sem entrar em seu mérito.

Os deputados que pretendiam a aprovação do mérito do projeto saíram de plenário, tentando evitar quórum. Mesmo assim Arinos iniciou a votação simbólica, dando a matéria como aprovada. A decisão provocou tumulto, com o grupo favorável ao projeto de decisão mostrando falta de habilidade, já que não escalou nenhum constituinte para pedir a verificação de presença. O deputado Haroldo Lima chegou a acusar o senador Afonso Arinos de ter se deixado pressionar por Carlos Sant'Anna e por "aqueles que estão envolvidos na dívida". Já Ademir Andrade (PMDB-PA) gritou para Sant'Anna que ele era um "penetra dentro do PMDB". No final, os parlamentares favoráveis ao projeto de Hermes Zanetti consideraram que a iniciativa não foi arquivada, argumentando que a sessão não foi encerrada formalmente, o resultado não foi proclamado e não foi feita a verificação de quórum solicitada.



Na primeira reunião, muita calma; na segunda, só tumultos

Dissidentes do PMDB ganham apoio no Senado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O manifesto do Centro Democrático do PMDB já tem o apoio dos senadores. A adesão provocou um novo adiamento da divulgação do documento em que os peemedebistas criticam a centralização das decisões do partido, de forma autoritária, pelo presidente Ulysses Guimarães. Os senadores estudavam a possibilidade de divulgar outro manifesto, semelhante, em paralelo. Agora, as críticas a Ulysses serão feitas conjuntamente. A iniciativa do Centro Democrático já recebeu a assinatura de 107 deputados peemedebistas.

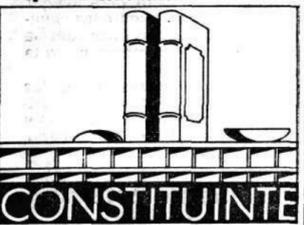
O deputado Expedito Machado, um dos líderes do grupo, informou ontem que vários coordenadores das bancadas estaduais sugeriram que a leitura do documento deve ser transferida do plenário da Constituinte para a reunião da bancada do PMDB, na terça-feira. Eles justificaram que este seria o momento mais apropriado para debater um problema interno do partido. Expedito Machado, Borges da Silveira e Marcos Lima concordaram com o argumento e o documento finalmente deverá ser lido na reunião da bancada.

Entre os senadores que já manifestaram apoio ao Centro Democrá-

tico estão Gerson Camata (ES), Irapuan Costa (GO) e Alfredo Campos (MG). A previsão é de que chegará a 15 o número dos "centristas" no Senado.

Líderes do movimento independente foram recebidos ontem de manhã pelo presidente Sarney, a quem revelaram as razões da elaboração do documento. Sarney se limitou a ouvir sem fazer comentários. Segundo Expedito Machado, não houve intromissão, do Palácio do Planalto ou de outros grupos, no sentido de adiar a leitura do manifesto, o que tem acontecido "em função do próprio interesse do Centro Democrático".

"O deputado Ulysses Guimarães é o ponto sobre o qual o PMDB vive seu equilíbrio instável. Se ele for tirado da presidência, o partido cai como uma trouxa de roupa." A comparação foi feita ontem, no Palácio do Planalto, pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), depois que os deputados Expedito Machado (PMDB-CE) e Marcos Lima (PMDB-MG) passaram em direção ao Gabinete Civil com o manifesto de críticas contra Ulysses. Segundo Cardoso Alves, o documento do Centro Democrático não cita nominalmente o presidente do PMDB nem propõe medidas para solucionar os problemas do partido.



Comunicações contra Conselho

O relatório da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações, foi considerado, ontem, pelos membros deste grupo como antiestatizante. Segundo o deputado Olívio Dutra (PT-RS), a tendência do relatório recal em uma linha bastante progressista, "longe de ser estatizante". E concluiu que talvez esta seja o motivo de o relatório estar recebendo algumas críticas.

Segundo informaram alguns parlamentares ligados a esta subcomissão, no mesmo dia em que a deputada Cristina Tavares expõe em público seu relatório, pessoas ligadas ao Ministério das Comunicações se reuniram, junto com a deputada Rita Furtado (PFL-RO), com o objetivo de traçar estratégias a fim de que não seja aprovado o Conselho Nacional de Comunicações. Pois se isso for colocado em prática, irá representar o esvaziamento do Ministério das Comunicações, que detém o poder de concessão de canais de rádio e televisão.

Apesar de concordar com grande parte das propostas apresentadas no relatório da deputada Cristina Tavares, o deputado Fausto Rocha (PFL-SP), um dos grandes adversários da reserva de mercado para a informática, destacou que não se pode abrir brechas na Constituição para que a

reserva de mercado seja estendida a outros setores de ponta, como por exemplo a química fina. Além disso, o deputado considerou inadequado colocar "pessoas civis" no Conselho Nacional de Comunicações. No seu entender, o ideal seria que o conselho fosse composto apenas de parlamentares, "que são os representantes legítimos do povo".

O prazo dos termos dos trabalhos dessa subcomissão será no próximo dia 25. Na opinião do deputado Olívio Dutra, o essencial é que as emendas a serem apresentadas não envelheçam o conteúdo das propostas apresentadas por Cristina Tavares. Apesar disso, considera que é essencial resumir o relatório.

República. Sepúlveda Pertence, mantém sua posição, já demonstrada na Subcomissão de Garantias da Constituição, Reformas e Emendas. Pertence considera a estrutura atual como ideal para a preservação da Constituição, pois permite que o magistrado de primeiro grau continue como guardião da Carta. E adverte que mudanças profundas poderão trazer transtornos ao desempenho da Justiça.

Mas os grandes atingidos pelo anteprojetos, os ministros do Supremo Tribunal Federal, permanecem discretos, preferindo não tornar públicas suas opiniões — limitam-se a

comentar, intramuros, as decisões e não se esquivam de dar aos parlamentares interessados as explicações necessárias sobre as inconveniências de uma brusca extinção do STF. Alguns ministros chegaram a comentar que a simples introdução do Superior Tribunal de Justiça com parte da competência do Supremo, sem as questões constitucionais, não deixa claro se ele absorve ou não o STF. E, pior, nem as disposições transitórias mencionam o fato, deixando "no ar" a destinação dos ministros.

Para o deputado Paes Landim (PFL-PI), que é contrário à extinção

Subcomissão repudia pressões

A Subcomissão do Sistema Financeiro na Constituinte gastou todo o dia de ontem para, em duas sessões, aprovar "nota de esclarecimento" em que garante que seus membros "não cederam, não cedem e não cederão a pressões de qualquer natureza que levem a Assembléia Nacional Constituinte a fraudar a expectativa de milhões de brasileiros por mudanças".

Tudo porque o *Correio Brasileiro* publicou em sua edição de ontem uma série de críticas ao relatório do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), atribuindo-as a "assessores" da comissão técnica. Os três assessores técnicos foram prontamente devolvidos às suas funções no Senado depois de criticados por ati-

tude ética incompatível com as atividades que exerciam, mesmo sem que seus nomes tivessem sido publicados ou que tivessem tido direito de defesa.

Estes assessores técnicos, assim como os assessores de todas as outras comissões, colaboraram na coleta das sugestões apresentadas, análise das propostas e apresentação de sugestões ao relatório. O relator Fernando Gasparian, no entanto, não aproveitou efetivamente o trabalho desses técnicos.

Gasparian, que propôs a nacionalização do sistema bancário e das instituições financeiras, além do tabelamento dos juros a um teto máximo de 12% ao ano, não deu maior

importância à notícia, porém os deputados Waldir de Lucca e Luís Gushiken levantaram a hipótese de que a notícia publicada fazia parte de um grande movimento de pressão dos banqueiros, para desmoralizar os constituintes e garantir a manutenção da atual ordem econômica.

O presidente da Subcomissão, senador Cid Sabóia de Carvalho, acusou os banqueiros de praticar um capitalismo selvagem e comprometer todo o desenvolvimento nacional ao considerarem aprovada a nota redigida por Gushiken, em que os assessores técnicos são criticados por assumir indevidamente o "papel de comentaristas privilegiados das posições dos representantes do povo".

Carta pode ser a mais prolixa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma nova Constituição, esboçada a partir dos pareceres dos relatores das 24 subcomissões, teria em torno de mil artigos, quase cinco vezes mais do que a atual Constituição, que tem 217 artigos, e bem mais ampla do que o projeto de Constituição formulado pela Comissão Afonso Arinos, com 488 artigos. O número exato dos artigos dos pareceres somados não é conhecido, porque alguns relatores ainda não têm seus pareceres publicados ou porque alguns não numeraram os artigos em pareceres longos.

Para se ter uma idéia do que representaria esses 24 relatórios somados e conjuntamente apresentados como uma espécie de Constituição, o tema "saúde", que tem apenas quatro referências na atual Constituição, ocupa nada menos do que 24 dispositivos no anteprojeto do relator da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social e Meio Ambiente, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), enquanto "seguridade social" tem nove e o tema "meio ambiente", que não existe na Constituição vigente, tem 28 dispositivos (incluindo-se como dispositivos artigos, parágrafos, itens, números e letras), totalizando na proposta dessa subcomissão 61 dispositivos.

O ex-deputado João Gilberto, diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB), acredita que o imenso volume de artigos e dispositivos propostos pelos relatores das 24 subcomissões vai ser bastante reduzido quando do trabalho de compatibilização que será feito, numa terceira etapa, pela Comissão de Sistematização, que "por certo terá uma orientação no sentido de uma Constituição a mais enxuta possível".

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, acredita que o número de quase mil artigos representa de certa forma o que se espera da nova Constituição. Segundo ele, todos os juristas e parlamentares defendem uma Constituição enxuta, sintética, que contenha apenas princípios constitucionais. Num país em desenvolvimento como o Brasil, no entanto, segundo o seu entendimento, seria impossível "deixar de se especificar alguns pontos, até mesmo conjunturais, por isso a nova Constituição será mais extensa do que o desejável, embora, no final, não vá ficar nos mil artigos que teria hoje se aprovados os pareceres como uma Constituição".

MANOBRA DISFARÇADA

Alguns relatores, para disfarçar seus extensos pareceres-substitutivos, utilizaram-se de um truque: apresentaram poucos artigos, mas desdobraram os dispositivos do relatório em vários parágrafos, itens, números e letras. Um claro exemplo desse disfarce é o caso do parecer do relator da Subcomissão do Poder Legislativo, deputado José Jorge (PFL-PE), que apresentou o seu parecer com apenas 29 artigos, mas com 225 dispositivos.



Fiúza evita palpites de revanchistas

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, disse ontem que o seu parecer sobre a função das Forças Armadas não apresentou grandes alterações porque muitas das propostas a ele endereçadas partiram de "um pensamento minoritário, revanchista, irrealista e maniqueísta".

O relator observou que não era "louco" de, por exemplo, aceitar a sugestão do Partido dos Trabalhadores, de destinar aos militares apenas a função de garantir a defesa externa do País. "A Constituição não ia durar", afirmou o deputado, que também comentou a proposta do PMDB, de subordinar a intervenção das Forças Armadas nos assuntos internos à apreciação do Congresso Nacional: "Isso é inaplicável e antidemocrático. Imagine mais de 500 pessoas opinando sobre um assunto de urgência e que exige presteza, como é o caso de uma intervenção armada..."

O parecer da Subcomissão, segundo seu autor, é realista e democrático. Fiúza explicou que o documento inovou no capítulo de segurança nacional, no do Conselho de Segurança Nacional e ainda no que diz respeito à transferência para o capítulo das Forças Armadas do dispositivo que proíbe o Congresso de legislar sobre matéria relativa às Forças Armadas.

Righi teme intervenção dos militares

"Estamos caminhando para a intervenção militar", advertiu ontem o líder do PTB, Gastone Righi, ladeado por seus colegas Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Francisco Igreja (PTB-SP).

"O quadro político é etéreo. Por isso, sente-se no ar a possibilidade de ocorrências que o alterarão em profundidade, afetando talvez até a ordem legal", diz o líder do PTB. Para ele "quem está falido é o PMDB integrado pela maioria da classe política. Falou a classe política porque o PMDB falou na Assembléia Nacional Constituinte, nos Estados e nos municípios. Todo o País está em ritmo de faliência. Estamos nos aproximando do caos. Então vem intervenção para restabelecer a ordem. Estamos caminhando para a intervenção militar porque alguma coisa tem de ser feita para restabelecer a ordem. É visível, embora lamentável. A situação é muito parecida com a de 1937. O doutor Ulysses, que detém em mãos essa coisa sagrada que é a Constituinte, se perde no jogo de vetar ministros e nomear funcionários".

"Tudo se resume à ambição da Presidência. Tudo é feito por um projeto pessoal", acha Bevilacqua.

"O doutor Ulysses se esquece de administrar a crise para quem tem representatividade. O PMDB se desentendeu da realidade nacional", concorda Arnaldo Faria de Sá.

"O governo está cheio de saudosistas que querem restaurar a ditadura militar", denunciou ontem o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) queixando-se da demora do poder central em atender às reivindicações de melhor distribuição de rendas públicas entre Estados e municípios.

Francisco Pinto insiste: "O governo está prenhe de saudosistas, de homens que serviram ao regime anterior e querem restaurar a ditadura".

Moreira discorda da extinção do STM

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, não concorda com a proposta de extinção da Justiça Militar, apresentada no relatório da Subcomissão do Poder Judiciário: "Além de ser a mais antiga do País, a Justiça Militar é excelente, suas decisões são respeitadas, os processos bem elaborados. Ela é, enfim, uma Justiça consagrada. Preferia que não sofresse nenhum reparo". O ministro ressalvou, contudo, que a proposta é uma decisão soberana de uma subcomissão, passível, portan-

to, de vir a ser votada a nível de comissão e no plenário da Constituinte. A seu ver, não é sequer recomendável que se alterem os termos vigentes, segundo os quais cabe também à Justiça Militar julgar crimes contra o Estado, com base na Lei de Segurança Nacional: "A Lei de Segurança Nacional já foi muito draconiana, mas hoje está branda e são poucos os crimes previstos contra o Estado. Penso que devem ser julgados pela Justiça Militar. Ela não deve acabar, pois é um instrumento previsto nas legislações de todos os países".

Também o procurador-geral da

República, Sepúlveda Pertence, mantém sua posição, já demonstrada na Subcomissão de Garantias da Constituição, Reformas e Emendas. Pertence considera a estrutura atual como ideal para a preservação da Constituição, pois permite que o magistrado de primeiro grau continue como guardião da Carta. E adverte que mudanças profundas poderão trazer transtornos ao desempenho da Justiça.

Mas os grandes atingidos pelo anteprojetos, os ministros do Supremo Tribunal Federal, permanecem discretos, preferindo não tornar públicas suas opiniões — limitam-se a

comentar, intramuros, as decisões e não se esquivam de dar aos parlamentares interessados as explicações necessárias sobre as inconveniências de uma brusca extinção do STF. Alguns ministros chegaram a comentar que a simples introdução do Superior Tribunal de Justiça com parte da competência do Supremo, sem as questões constitucionais, não deixa claro se ele absorve ou não o STF. E, pior, nem as disposições transitórias mencionam o fato, deixando "no ar" a destinação dos ministros.

Para o deputado Paes Landim (PFL-PI), que é contrário à extinção

do STF, aquela corte, além de "centenária, é a maior instituição viva da República". Segundo ele, a criação do Tribunal Constitucional significa a destruição da própria Federação. Ele contou que a Corte Constitucional foi instituída na Alemanha e não impediu a ascensão de Hitler; foi criada por Eduardo Frei, no Chile, e não impediu a ascensão de Pinochet. "O Poder Judiciário é feito com cultura jurídica e o Tribunal Constitucional é próprio dos países em que o Judiciário não tem independência."

Constitucionalistas salientaram que o relator deixou obscura a função do Ministério Público Federal.

REAJUSTES ABUSIVOS-LEASING
Não pague. Recupere o que pagou indevidamente. Telex: (011) 231-4174 / 259-5877.